

## APRESENTAÇÃO

O campo das “Políticas e Gestão da Educação” – título, aliás, deste número temático – fortemente redirecionado a partir da década de 1990 por força da hegemonia/pressupostos do neoliberalismo e da decorrente reforma do Estado, vem sendo nos últimos anos objeto de estudo de muitas frentes de pesquisas.

A organização do número temático “Políticas e Gestão da Educação” visa, então, reunir pesquisas e análises reflexivas acerca das políticas educacionais brasileiras formuladas e implementadas na contemporaneidade, bem como suas implicações e desdobramentos nos sistemas de ensino, nas redes e nas escolas do país.

Reúne, assim, textos de professores e pesquisadores que, em diferentes locais e instituições do Brasil, vêm problematizando e examinando temas centrais e controvertidos pertencentes ao campo em tela, tais como a elaboração/implementação de um novo Plano Nacional de Educação, o processo de municipalização, e as políticas de educação especial, de inclusão digital e na educação bilíngue, além de questões focando a gestão da educação como a eleição de diretores e o olhar desses profissionais sobre a avaliação externa.

No primeiro artigo “Plano Nacional de Educação: política de estado para a educação”, Soraia Kfoury Salerno, Samira Fayeze Kfoury e Rosana Pereira Lopes abordam uma temática candente e central da política educacional brasileira, o da materialização de um Plano Nacional de Educação (PNE). Depois da conceituação e discussão do planejamento educacional como política de Estado, as autoras recuperam e apresentam a trajetória histórica dos intentos de constituição de um PNE no Brasil. Após demonstrarem que o PNE já findado foi solenemente ignorado pelo Governo Lula, que o substituiu pelo PDE, as autoras cotejam as proposições consensuadas na ICONAE/2010 e expressas no seu Documento Final com o disposto na proposta de PNE do Governo Federal para o próximo decênio, notadamente no campo do financiamento, desvelando suas divergências.

Abordando o tema da municipalização do ensino, apresentamos o segundo artigo que há anos vem sendo debatido e que se constitui objeto de polêmica no âmbito acadêmico, político e sindical, Alessandra Rodrigues e Natalina Aparecida Laguna Sicca, no texto “O processo de municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental: decorrências na gestão do currículo”, analisam a implementação e desdobramentos do referido processo em dez municípios pertencentes à Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto. Corroborando a recente, crescente e polêmica tendência de aquisição de sistemas apostilados de ensino por municípios

paulistas revelada por outros estudos, as autoras demonstram que os municípios pesquisados, num crescimento contínuo, também tendem a outorgar a gestão do currículo ao setor privado mediante a adoção de sistema apostilado de ensino.

No terceiro artigo do número temático “Reflexões sobre a política de educação especial nacional e no Estado do Paraná”, suas autoras, Evelcy Monteiro Machado e Maria da Glória Lima Pereira Vernick, apresentam um estudo analítico reflexivo sobre as políticas de educação especial no Brasil e no estado do Paraná e o direito à educação. As autoras apontam que parte das transformações previstas para a área a partir da aprovação da Constituição Federal em 1988, segue com as possibilidades de implantação de nova organização em decorrência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A pesquisa revela que a configuração da educação especial no âmbito nacional e no Estado do Paraná ocorreu com impasses e embates políticos, influenciando as transformações ocorridas nas redes locais sendo que no Paraná a “escolarização” dos alunos com necessidades educacionais especiais vem se dando nas escolas de ensino comum e nas instituições especializadas evidenciando um sistema dual e que persiste a relação entre o público e o privado.

O quarto artigo “A exclusão digital: o reflexo da desigualdade social no Brasil” de autoria de Márcia Gorett Ribeiro Grossi, José Wilson da Costa e Ademir José dos Santos visa verificar as ações, que envolvem programas e projetos de inclusão digital que o governo brasileiro tem oferecido e, que promovem também a inclusão social. Os autores constataram 22 ações governamentais de inclusão digital que tem contribuído com a inclusão social. Além dessas, outras estão em desenvolvimento, 94 já cadastradas no Observatório Nacional de Inclusão Digital e 108 cadastradas no Ministério da Ciência e Tecnologia. A pesquisa revela que os projetos e programas de inclusão digital que existem atualmente não são suficientes para reduzir a situação perversa da desigualdade social brasileira e precisam ser transformados em políticas públicas consolidadas.

No artigo seguinte, “A problematização das políticas públicas educacionais na área da educação bilíngue de surdos”, Sílvia Andreis-Witkoski tem como objetivo precípua apresentar e discutir as relações entre as políticas públicas educacionais contemporâneas, problematizando-as a partir da perspectiva da educação defendida pelos próprios surdos. Após demonstrar os avanços legais no campo da educação conquistados pela comunidade surda através de uma histórica luta de mobilização por seus direitos, a autora revela as contramarchas e percalços para a sua materialização. Opondo-se enfaticamente ao chamado

processo de inclusão dos alunos surdos no ensino regular, a autora advoga que estes sujeitos sejam atendidos em escolas bilíngues para surdos, nas quais a Libras constitua-se como primeira língua e a Língua Portuguesa como a segunda. Na defesa do direito da comunidade surda optar por uma escola própria e identificada com suas especificidades, necessidades e anseios, Sílvia Andreis-Witkoski desnuda os prejuízos linguísticos, identitários, socioculturais, entre outros, decorrentes da inclusão de tais sujeitos no ensino regular.

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani é autora do sexto artigo “Eleição de diretores e gestão da escola pública: reflexões sobre democracia e patrimonialismo”, cujo objetivo é apresentar a discussão dos referenciais bibliográficos e da legislação municipal que contextualiza a análise do potencial democrático ou patrimonialista dos processos de gestão da rede pública de ensino de um município localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul, no recorte temporal de 1990-2012. O artigo enfoca a gestão escolar como um dos indicadores de qualidade na educação, discutida a partir de duas dimensões: a) a eleição de diretores como um dos possíveis mecanismos facilitadores da materialização de propostas de gestão democrática e, b) os potenciais efeitos do patrimonialismo (como conceito e prática) nesse processo de busca e consecução da qualidade na educação. Como conclusão, entende-se que a eleição de diretores não tem o condão de, sozinha, restringir práticas patrimonialistas, sem a colaboração de uma série de outros mecanismos de gestão escolar e administração educacional. No entanto, atribuir proeminência a gestão escolar como co-responsável pelos caminhos que o processo de democratização tomará dentro da escola é, antes de mais nada, também considerar a gestão como capaz de proporcionar qualidade na educação.

Finalizamos os artigos do número temático com o texto “O olhar do gestor sobre a cultura avaliativa no contexto escolar”, fruto de pesquisa teórico-empírica, escrito por Elisângela André da Silva Costa e Maria Socorro Lucena Lima, que aborda uma das temáticas mais centrais, atuais e provocantes do campo das políticas e da gestão da educação. Tendo como objetivo principal a reflexão sobre os limites e as possibilidades da utilização dos resultados das avaliações externa e interna no trabalho do gestor escolar, as autoras, após contextualizarem a emergência e implementação dos sistemas de avaliação externas no Brasil e a decorrente construção de uma cultura avaliativa no interior das escolas brasileiras, demonstram a necessidade de adoção de uma postura problematizadora por parte dos núcleos gestores escolares, tomando os resultados das avaliações e as próprias práticas institucionais como referências para a realização de momentos de formação contínua que fundamentem a tomada de decisões acerca dos rumos da escola de forma crítica e colaborativa.

Apresentamos também três artigos de fluxo contínuo. No primeiro, Maria Helena Jayme Borges, no artigo “A sensibilidade e a ética como mediadoras na prática pedagógica de um educador musical” tem como objetivo discutir a proposta de os educadores musicais realizarem um trabalho que melhor possibilite ao aluno refletir, desenvolver sua sensibilidade, pensar sobre a sua conduta, a dos outros, além de construir seu próprio caminho social, moral e intelectual. O artigo apresenta como fundamentação teórica os trabalhos de Piaget e dos autores que estudaram o desenvolvimento da autonomia na criança e no adolescente considerando, em especial, a metodologia ativa e o ambiente escolar enquanto responsáveis pela criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da autonomia e da consciência estética do aluno.

Em seguida, Maria Lúcia Pinto Leal e Maria Auxiliadora César, no texto intitulado “Os caminhos da mobilização para o enfrentamento da ESCA: despolitização e resistência”, revisitam e atualizam o debate sobre a exploração sexual contra crianças e adolescentes, fenômeno ainda recorrente na sociedade brasileira. Inicialmente, as autoras recuperam a importante trajetória de mobilização social em prol da garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, desvelando suas características, conquistas e desafios. Focando a análise no período que abrange da década de 1990 à atual, as autoras revelam um protagonismo inicial da sociedade civil via mobilização social no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Entretanto, segundo elas, com o avançar dos anos, o governo passa a ocupar maior espaço na condução do debate/enfrentamento do fenômeno em tela, o que contribui para um refluxo/despolitização da mobilização social.

No terceiro e último artigo da seção, “Atitudes sociais em relação à inclusão: o curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP”, fruto de pesquisa desenvolvida com financiamento da FAPESP, Cristiane Regina Xavier Fonseca-Janes e Sadao Omote abordam uma temática candente do debate e das políticas públicas educacionais contemporâneas, partindo da comparação evolutiva das atitudes sociais de estudantes de um curso específico de formação de professores em relação à inclusão, ao longo do seu processo formativo.

Finalmente, esta revista apresenta duas resenhas sobre os livros “Educación y trabajo docente en el escenario latinoamericano: entre la mercantilización y la democratización del conocimiento”, coletânea organizada por Dalila Andrade Oliveira, Myriam Feldfeber e Ronal Garnelo Escobar, editada pela Fondo Editorial em 2012; e “Projeto educativo escolar”, obra organizada por José Camilo dos Santos Filho, publicada pela Vozes

no ano de 2012; ambas de autoria respectiva de Andréia Nunes Militão e de Fábio Perboni, doutorandos PPGE-FCT/UNESP.

Além de constituir-se num relevante instrumento para a formação dos profissionais da educação, o número temático que ora vem a público é fundamental para todos os interessados em debater e/ou empreender novos estudos sobre o candente campo das Políticas e Gestão da Educação.

Silvio Cesar Nunes Militão - FCT/UNESP  
Vanda Moreira Machado Lima - FCT/UNESP  
(Organizadores)